

# PARÂMETROS PARA UM DICIONÁRIO DE VALÊNCIA VERBAL

Sebastião Expedito IGNÁCIO<sup>1</sup>

**RESUMO:** A elaboração de um dicionário requer, evidentemente, obediência às teorias e técnicas lexicográficas tais como critérios para a entrada de verbetes, classificação gramatical e definição dos itens léxicos, tipos de definição e exemplificação, etc. Em se tratando de um dicionário de valência verbal, alguns parâmetros específicos devem nortear o trabalho, como, por exemplo, embasamento teórico que orientará a apresentação de matrizes indicativas da taxionomia e da estrutura morfossintática da oração. A presente proposta baseia-se na teoria da argumentação, na gramática de valências e na gramática de casos. Como se trata de um dicionário que busca retratar a realidade da língua escrita contemporânea, há que se trabalhar com um "corpus" que seja representativo de uma época e dos vários gêneros da produção escrita. Propõe-se, pois, o registro exaustivo dos verbos ocorrentes no português escrito contemporâneo do Brasil nos últimos cinquenta anos, em textos de ficção, de oratória, de linguagem técnica e jornalística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Valência; argumento; caso semântico; ação; processo; estado.

## Preliminares

Um dicionário de valência verbal que tenha por objetivo atender às necessidades dos usuários da língua, em geral, no que se refere à facilitação e maior agilização na produção e recepção de textos escritos, bem como a servir de subsídio aos estudiosos e profissionais da área (alunos e professores), deverá pautar-se por alguns princípios básicos, tanto teóricos quanto metodológicos. A presente proposta restringe-se ao registro das ocorrências da língua escrita do português contemporâneo do Brasil. Dessa forma, o primeiro passo há de ser a descrição das estruturas argumentais e morfossintáticas das orações geradas a partir de cada tipo de verbo, com base num "corpus" que represente os vários gêneros discursivos (ficção, oratória, textos dramáticos, técnicos, jornalísticos, etc.) e que abranja um período de tempo que se possa considerar representativo do que se entenda por contemporaneidade, ou seja, que abranja pelo menos os últimos cinquenta anos.

---

<sup>1</sup> Departamento de Linguística - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP - Brasil. Endereço eletrônico: [expedito@techs.com.br](mailto:expedito@techs.com.br)

Diferentemente de uma gramática, que objetiva as generalizações, o dicionário se preocupa com as particularidades. Assim, além da descrição das estruturas prototípicas, o dicionário registrará também as variações de uso. Embora se saiba que há verbos prototípicos cuja estrutura oracional é previsível do ponto de vista canônico, a realidade do uso mostra que um mesmo item lexical (forma verbal) funciona diferentemente, ou seja, ora como verbo dinâmico, ora como verbo estativo, tendo, como conseqüência, estruturas argumentais e morfossintáticas diversas. Há, pois, que se levar em conta, principalmente, a relação entre o verbo e o primeiro argumento ( $A_1$ ) que, na superfície, exerce a função sintática de Sujeito. Dik (1989b, p. 89) assim se manifesta:

O tipo de Estado-de-Coisas (EC) pode parcialmente ser derivado da função semântica atribuída à posição do primeiro argumento de uma predicação, no sentido de que, por exemplo, um EC do tipo *Āção* é codificado numa predicação com uma função semântica do primeiro argumento de *Āgente*, e, inversamente, uma função semântica do primeiro argumento de *Āgente* sinaliza um EC do tipo *Āção*.

Chafe (1979) lembra ainda a importância de se considerar a relação entre o verbo e o objeto: sendo este **afetado** pela ação verbal, tem-se ao mesmo tempo "ação" e "processo". Dessa forma, é preciso considerar que as valências quantitativa, qualitativa e semântica dos verbos sofrem variações na dimensão pragmática, e que os seus valores semânticos se definem a partir das relações com o argumento de primeiro grau ( $A_1$ ), com função sintática de Sujeito e, eventualmente, das relações com o argumento de segundo grau ( $A_2$ ), com função de Objeto. Assim, a classe semântica do verbo se define no discurso (ato de fala), sendo, pois, inadequado que se estabeleçam, *a priori*, listas contendo "verbos de ação", "de processo", de "ação-processo", "de estado". Quando muito se poderão detectar as formas prototípicas de cada classe, com a ressalva de que, no funcionamento da língua, nenhuma forma se pode dizer exclusiva de uma determinada classe. Citem-se como exemplos: (i) o verbo "ir", que, sendo prototípico dos verbos de movimento (*Pedro vai a Brasília = ação; A chuva foi embora = processo*), poderá compor uma frase **estativa** (*A estrada vai de São Paulo a Porto Alegre*); (ii) o verbo "pretejar", que, dependendo da realização aspectual, poderá indicar um **estado** (*Naquele momento, o terreiro pretejava de urubus*), ou um **processo** (*De repente, o terreiro pretejou de urubus*). Aqui se realiza o que Dik (1989b) chama de "modos de ação".

## Base teórica

A base teórica deverá ser a **teoria da argumentação** que, por sua vez, se assenta nos princípios da **gramática de valências** (TESNIÈRE, 1966; CHAFE, 1979; VILELA, 1984; BORBA, 1996), na **gramática de casos** (FILLMORE, 1968/69/71/77α), assim como nos estudos sintático-semânticos e pragmáticos da estrutura da frase realizados principalmente por Dik (1989α e 1989b).

Uma gramática de valência procura detectar relações de dependência entre categorias (básicas) que (co)ocorrem num contexto. [...] uma gramática de valências toma como nuclear um elemento oracional (o verbo) e demonstra como os demais se dispõem em torno dele através de relações de dependência. A gramática de casos se preocupa com as funções semânticas subjacentes na organização da frase, devendo determinar as relações sintático-semânticas ou temáticas (funções ou papéis temáticos) que fazem parte da estrutura conceitual dos itens léxicos. (BORBA, 1996, p. 16-17)

Ao se propor um estudo sintático-semântico dos verbos, numa situação real de discurso (textos escritos), justifica-se a recorrência a mais de um modelo de descrição, valendo-se dos aspectos pertinentes que cada um possa oferecer. Assim, a recorrência ao modelo de Tesnière (1966), se restringe ao fato de que fora um dos precursores do princípio da centralidade do verbo na organização da frase. A sua contribuição, para a presente pesquisa, não vai além do oferecimento de parâmetros para a análise da valência quantitativa e da consideração do Sujeito como um constituinte sintático do mesmo nível do Objeto. Para uma análise que englobe o valor semântico (valência qualitativa) recorrer-se-á aos modelos de Chafe (1979) (com algumas adaptações quanto às classes semânticas do verbo em português), de Vilela (1984) e Borba (1986), estes últimos porque trataram mais especificamente da língua portuguesa. Para a análise dos valores semânticos dos constituintes oracionais (argumentos), servirão de base os estudos de Fillmore, em especial das obras supracitadas. Para uma melhor compreensão e definição de critérios de análise do estatuto semântico oracional, em decorrência da natureza do verbo (ação, processo, estado), valer-se-á dos critérios propostos por Simon Dik (1989α) para a caracterização dos estados de coisas (EC), tais como **dinamismo (din)**, **telicidade (tel)** e **controle (con)**. Esses parâmetros serão tomados como complementação dos critérios propostos por Chafe (1979), já que ajudarão na classificação sintático-semântica dos verbos, enquanto núcleos predicadores, em verbos de **ação**, de **processo**, de **ação-processo** e de

**estado.** Assim, as abordagens desses autores, longe de serem conflitantes, são complementares, sendo que Dik (1989a, 1989b) nos fornece um leque mais abrangente de critérios classificatórios. Como ilustração, lembremos que Dik (1989a) distingue dois grandes tipos de EC: **evento** e **situação**, que, “grosso modo”, correspondem às frases **dinâmicas** e **estativas**, respectivamente, propostas por Chafe (1979). Por sua vez, os tipos propostos por Dik (1989a), assim se subclassificam:

Tipos de EC	Traços semânticos dos predicados
1) <b>evento-ação-realização</b>	[+din] [+con] [+tel]
2) <b>evento-ação-atividade</b>	[+din] [+con] [-tel]
3) <b>evento-processo-mudança</b>	[+din] [-con] [+tel]
4) <b>evento-processo-dinamismo</b>	[+din] [-con] [-tel]
5) <b>situação-posição</b>	[-din] [+con]
6) <b>situação-estado</b>	[-din] [-con]

Ainda que os resultados possam ser apresentados na forma mais simplificada de Chafe (1979), os parâmetros de Dik (1989a), por apresentarem detalhes aspectuais e pragmáticos, favorecem a análise dos dados, quando se trabalha com exemplos reais de discurso. Seja, por exemplo, o verbo “encher” compondo as seguintes frases (EC):

- a) *Logo pela manhã, os manifestantes encheram a praça.*  
[+din] [+con] [+tel]
- b) *Logo pela manhã, os manifestantes enchiam a praça.*  
[+din] [+con] [-tel]
- c) *Logo pela manhã, a praça se encheu de manifestantes.*  
[+din] [-con] [+tel]
- d) *Logo pela manhã, a praça estava cheia de manifestantes.*  
[-din] [-con]

Tanto em a) quanto em b), cujos traços distintivos, segundo Dik (1989a), levam às subclasses **realização** e **atividade**, respectivamente, temos verbos dinâmicos e, em ambos os casos, temos **ação + processo**, segundo Chafe (1979). Em c), pela ausência do traço **controle** por parte do Sujeito, ao qual Chafe (1979) classificaria como **afetado**, temos **processo**. Em d), pela ausência de **dinamismo** e de **controle**, temos **situação-estado**, segundo Dik (1989a), e simplesmente **estado**, segundo Chafe (1979). Vê-se que, na classificação final há coincidência entre as duas propostas, com alguns detalhamentos que auxiliam a análise e não comprometem os resultados. É interessante notar que ao falar de **ação + processo**, Chafe (1979) inclui o Objeto, elemento afetado pela ação verbal, enquanto Dik (1989a) só leva em conta a participação do Sujeito. Outro dado a ser

considerado é que a inclusão da subclasse **posição**, na proposta de Dik (1989a), vem enriquecer a tipologia, senão resolver um problema não previsto por Chafe (1979): a possibilidade de haver o traço controle numa construção não-dinâmica. É o caso, por exemplo, da frase: e) *A polícia permaneceu o dia todo na praça.* [-din] [+con], em que, embora o Sujeito não seja **inativo**, isto é, tenha **controle** da situação, a frase é **não-dinâmica**.

### Pressupostos operacionais básicos

Entende-se por Estrutura Argumental e Morfossintática a composição sintático-semântica da frase determinada a partir das propriedades valenciais do verbo como núcleo predicador. Dessa forma, o verbo seleciona os tipos semânticos e a quantidade de Argumentos (DIK, 1989a) suficientes e necessários para a composição da oração. Os Argumentos se associam a funções semânticas (Casos, segundo FILLMORE, 1968) específicas de acordo com as exigências (valência) de cada verbo, representando lingüisticamente as diversas classes semânticas - **ação**, **processo**, **estado** (CHAFE, 1979), ou **evento** e **situação** seguidos das respectivas subclasses, segundo Dik (1989a). Ao nível da realização de superfície, os Argumentos são representados pelas funções sintáticas que se realizam segundo regras morfossintáticas. Assim, por exemplo, o Argumento de primeiro grau (A<sub>1</sub>) se associa às funções semânticas de Agente, Paciente, Objetivo, Locativo, etc., e exerce a função sintática de Sujeito que, do ponto de vista morfológico, se representa por um Sintagma Nominal (SN). O verbo, como centro estruturador da oração, funciona como Predicador (P). Em princípio, os verbos se subdividem em dois grandes grupos (CHAFE, 1979): verbos dinâmicos (**ação** - em que há um FAZER por parte do argumento de primeiro grau, Sujeito; **processo** - em que há um ACONTECER em relação ao Sujeito ou ao Objeto; **ação-processo** - em que há, ao mesmo tempo, um FAZER por parte do Sujeito e um ACONTECER em relação ao Objeto) e verbos **estativos** (estado) - em que, sendo o Sujeito inativo, a ele se atribui um estado, uma qualidade ou uma condição. Esses dois grandes grupos, conforme se viu na classificação de Dik (1989a), apresentam outras subdivisões, segundo se levem em conta aspectos como **telicidade/não-telicidade** (ação acabada/ação não-acabada) e categorias pragmáticas como **controle/não-controle**.

Desse modo, devem ser levados em conta fatores pragmáticos, semânticos e sintáticos condicionados pelos diversos contextos em que se inserem os vários tipos de textos (romanescos, dramáticos, oratórios, jornalísticos e técnicos) produzidos em linguagem escrita no português contemporâneo do Brasil.

## Conceitos de Valência, Regência e Transitividade verbais

O conceito de **valência verbal** se aproxima dos conceitos de **regência** e **transitividade verbais**, com a diferença de que o termo **valência** é mais abrangente e enseja uma rediscussão da nomenclatura tradicional dos elementos que “completam” o sentido do verbo.

Por regência se entende, tradicionalmente, a propriedade que têm os verbos de exigirem complementos, preposicionados ou não, classificados como Objetos (Diretos ou Indiretos). Daí serem considerados **transitivos** apenas os verbos que admitem esses complementos. Um verbo que exija um complemento de lugar ou de tempo, por exemplo, classifica-se, segundo a *NGB*, como **intransitivo**, como é o caso dos verbos de movimento (“ir”, “vir”, “chegar”, etc.), que pressupõem um complemento de lugar, e verbos que pressupõem complemento de tempo e, às vezes, de tempo e lugar concomitantemente (“durar”, “ficar”, etc.), em construções como:

- a) *Fomos a Brasília.*
- b) *Chegamos a São Paulo.*
- c) *A guerra durou dez anos.*
- d) *Paulo ficou duas horas no ponto do ônibus.*

Fica evidente a impropriedade em dizer-se que tais verbos sejam **intransitivos**. Note-se que o verbo “ficar”, no exemplo d), exige dois complementos: um de **tempo** e outro de **lugar**. Antes da simplificação feita pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, alguns autores, percebendo a obrigatoriedade desses complementos, chegaram a classificar os verbos em questão como **transitivos circunstanciais**, critério adotado atualmente por alguns dicionaristas como Aurélio e Houaiss.

Por valência se entende a relação entre o verbo e os constituintes obrigatórios na organização da oração. Dessa forma, além dos complementos tradicionais (Objetos), incluem-se os chamados complementos circunstanciais (de tempo, lugar, etc.) e o próprio Sujeito. Por outro lado, enquanto a regência e a transitividade se restringem ao nível das relações sintáticas, a valência abrange também o nível semântico. Daí dizermos que um determinado verbo exige tantos complementos - valência **quantitativa** (TESNIÈRE, 1966) - com tais valores semânticos - valência **qualitativa** (BORBA, 1996). Assim, o verbo “matar”, por exemplo, será **bivalente** (valência **quantitativa**), por exigir um Sujeito e um Objeto (*Pedro matou Paulo*), como também seleciona um Sujeito Agente e um complemento Paciente + animado (valência **qualitativa**).

Borba (1996) trata de valência **quantitativa**, valência **sintática** e valência **semântica**: (i) valência **quantitativa**: como vimos, refere-se ao número de Argumentos necessários para preencher as “casas vazias” do verbo - esse número vai de zero a quatro em português (q.v. os exemplos

anteriormente citados); (ii) valência **sintática**: refere-se à natureza morfossintática dos elementos que constituem os Argumentos. Assim, por exemplo, o verbo “persuadir” prevê, além do SN<sub>1</sub> que funciona como sujeito, um SN<sub>2</sub> que funciona como Objeto Direto e um SO<sub>prep</sub> (Sintagma Oracional preposicionado, na forma infinitiva) que funciona como Objeto Indireto. Ex.: *João persuadiu a esposa a ir com ele ao teatro.* (iii) valência **semântica**: das propriedades semânticas dos verbos decorrem os papéis semânticos e traços que caracterizam os Argumentos. Um verbo como “galgar” seleciona um Sujeito Agente (+animado, +humano) e um Complemento de Lugar: *O alpinista galgou a montanha em poucas horas.*

É de capital importância nesse estudo os conceitos de **argumentos** - elementos obrigatórios ou complementos - e **satélites** - elementos facultativos ou adjuntos, expandidos a partir da predicação nuclear, segundo Dik (1989b). Esses conceitos já foram introduzidos por Tesnière (1966) sob os rótulos de **actantes** e **circunstantes**, respectivamente, com a diferença de que, ainda preso ao modelo tradicional, Tesnière inclui entre os **circunstantes** constituintes com estatuto de **argumentos** (q.v. os complementos de lugar e tempo exigidos por verbos como “ir” e “durar”).

### **Pressupostos para a montagem de um dicionário de verbos**

Além da teoria gramatical subjacente à confecção de um dicionário, é necessário que se explicitem alguns princípios lexicográficos essenciais, tais como os parâmetros que orientam as **definições** e as apresentações matriciais. Ao se falar em **definição**, é necessário, antes, que se façam algumas considerações sobre o processo metalingüístico que a envolve (IGNÁCIO, 2003). Esse processo se desenvolve num jogo de equivalências semânticas que se efetuam através do esquema [A **equivale** a B], em que A é o ponto de partida ou o elemento sobre o qual incide a metalinguagem que o **explica** ou **define** representada pelo elemento B. Nesse esquema, A e B se realizam lingüisticamente das seguintes formas: (i) equivalem-se formalmente, numa relação que se poderia denominar propriamente de sinonímica, sendo representados ora por meio de dois itens lexicais simples da mesma classe gramatical (*cachorro = cão; belo = bonito; moer = triturar*), ora por meio de duas expressões sintagmáticas de estruturas semelhantes (*quebrar a cara = sair-se mal*); (ii) A é um item lexical e B uma construção sintática que encerra uma conceituação/definição de A (*tear = máquina destinada a produzir tecidos; reta = linha traçada com régua*). Esse segundo esquema, em que B encerra o que se pode chamar genericamente de **definição discursiva**, é o que se emprega com maior frequência nos verbetes de um dicionário.

Pode também o processo metalingüístico seguir o caminho inverso, como é o caso da técnica das palavras cruzadas: parte-se da conceituação/definição para se chegar ao item lexical (elemento do

código): *máquina destinada a produzir tecidos = tear; linha traçada com régua = reta*.

A **definição discursiva** muitas vezes se completa pelo fenômeno da **expansão**, ou seja, qualquer acréscimo a um item lexical que, embora não lhe altere a função, serve para especificá-lo. A **expansão**, quando ocorre a partir do elemento nuclear do segundo membro do esquema [A **equivale** a B], funciona como uma definição do elemento definidor, daí poder dizer-se que ela vem complementar o processo metalingüístico. Assim, nos exemplos dados, *destinada a produzir tecidos* constitui uma **expansão** de *máquina*, assim como *traçada com régua* constitui uma **expansão** de *linha*.

A partir dos vários processos lógico-semânticos e/ou sintáticos, tem-se tentado estabelecer uma **tipologia da definição**.

Greimas (1973, p.97-100) distingue três tipos de definição: **lógica**, **discursiva** e **lexicográfica**. A definição **lógica**, fundamentada nos princípios aristotélicos do "genus proximum et differentia specificam", estabelece uma identidade entre os segmentos situados nos dois planos lingüísticos. Assim, no exemplo supracitado (*tear = máquina destinada a produzir tecidos*), o elemento A (*tear*) é definido pelo "gênero próximo" (*máquina*) e pela "diferença específica" (*destinada a produzir tecidos*). Nesse caso, a definição se centra num arquilexema (*máquina*) seguido dos semas específicos que individualizam o termo definido.

A definição **discursiva**, embora se aproxime da definição **lógica**, dela se distingue, segundo Greimas (1973), porque estabelece uma equivalência provisória, às vezes até efêmera, fundada na existência de um ou vários semas comuns aos dois segmentos justapostos. Ex.: *matar = tirar a vida a um ser; esquartejar = dividir um todo em quatro partes*. Do ponto de vista sintático, aqui o elemento B reproduz a estrutura previsível, predicativa, do elemento A.

Pelas suas semelhanças lingüísticas ou formais, parece legítimo dizer que a **definição discursiva** engloba a **definição lógica**, sendo esta caracterizada por uma descrição semântica particular, já que define um elemento por meio de outro de **gênero próximo**, especificado pelo processo sintático da **expansão**, segundo a sua **diferença específica**. Dessa forma, não só um nome poderá ser definido **logicamente** como também um verbo. Ex.: *mastigar = triturar com os dentes*, no qual *triturar* é o **gênero próximo** e *com os dentes*, a **diferença específica**.

Acrescentaríamos, ainda, que, em um dicionário que se preocupa em abonar as definições, a definição discursiva se completa com a exemplificação do elemento definido, em funcionamento numa situação real de fala.

Se entendermos por **definição lexicográfica** a que se realiza nos dicionários de língua, ela não constitui um tipo específico em oposição às duas anteriores, já que inclui, conforme reconhece Greimas (1973), tanto a **definição lógica** quanto a **definição discursiva**.

Poderíamos, retomando o que dissemos inicialmente, estabelecer dois esquemas genéricos para a estrutura das equivalências na definição lexicográfica:

a) Uma definição feita “termo a termo”, não-discursiva, em que A e B são itens lexicais da mesma classe e que se equivalem sinonimicamente (*cachorro = cão; belo = bonito; moer = triturar*). Incluem-se aqui as lexias complexas (*quebrar a cara = dar-se mal*).

b) Uma definição propriamente discursiva em que A é um item lexical e B é uma estrutura sintagmática construída à base de um ou mais predicadores (*mastigar = triturar com os dentes; saciar-se = satisfazer-se das necessidades físicas ou psíquicas de modo exaustivo; automóvel = veículo automotor para transporte de passageiros; estes, geralmente, em número não superior a cinco; escola-modelo = instituição de ensino que serve de parâmetro de excelência*).

Segundo Pottier (1978), teríamos, no caso das definições discursivas, “paráfrases conceituais” e não propriamente equivalentes linguísticos. Ao dicionarista, é de grande utilidade o recurso a tais paráfrases, já que a definição “termo a termo”, não-discursiva, pode levar a uma circularidade, o que se evita pela definição discursiva de um dos termos. Ex.: *moer = triturar; triturar = reduzir a pequenos fragmentos*. O que se vê, na verdade, é uma mescla dos dois processos num mesmo verbete (cf. FERREIRA, 1986, s.v.: *moer = reduzir a pó; esmagar; triturar*.).

Desnecessário seria dizer que qualquer que seja o tipo de definição, ela jamais esgotará as nuances semânticas de um termo. A interpretação correta e abrangente da significação do termo definido, por mais que se detalhem as diversas acepções, sempre ficará a cargo do contexto, da dimensão pragmática e, evidentemente, da competência do leitor como falante nativo da língua em análise.

### Sobre a definição de VERBO

Em nossa proposta, a elaboração de um verbete não se restringe à definição semântica. Faz-se também uma descrição da estrutura gramatical, com base na teoria da predicação verbal (teoria argumental) fundamentada na gramática de valências. A disposição dos elementos definitórios e das descrições estruturais seguirão as técnicas mais recentes da lexicografia.

Na definição do verbo, propomos uma que poderíamos chamar de **definição gramatical**, ou, mais propriamente, uma descrição sintático-semântica que se indica por meio de matrizes. Esse processo consiste, de modo geral, na indicação da classe semântica a que o verbo pertence (ação, processo, ação-processo, estado), bem como na indicação da sua estrutura sintática na composição da frase - tipo(s) morfossintático(s) do(s) complemento(s) - e, quando pertinente, dos traços semânticos desses complementos (animado, humano, concreto, abstrato, contável, etc.).

Pela ordem, a definição do verbo deve iniciar-se com a indicação da classe gramatical (V) e terminar com o exemplo ilustrativo. Nesse percurso, os tipos de definições variam de acordo com as subcategorizações e segundo o nível de análise em que se situam. Dessa forma, podem-se enumerar os seguintes passos:

1º) A primeira definição começa pela indicação da classe ou categoria, segundo a tradição gramatical. Nessa etapa, vale-se de uma definição cujos critérios coube à gramática determinar. Vale-se, por exemplo, do critério funcional, segundo o qual é o verbo a classe gramatical que tem a função **obrigatória** de *predicado oracional* (CUNHA; CINTRA, 1985), e do critério semântico da **significação externa**. Ao registrar, por exemplo, uma mesma raiz lexical como sendo capaz de funcionar como verbo e como nome, além dos critérios semânticos e funcionais, recorrer-se-á a critérios distribucionais, morfossintáticos e discursivos, que se atestam por meio da exemplificação. Por exemplo, o item *jantar* será verbo ou nome, segundo participe, respectivamente, das estruturas oracionais: (i) *Vamos jantar às 22 horas* ou (ii) *O jantar será servido às 22 horas / Gosto de jantares à luz de vela*.

2º) Em seguida, por meio de esquemas matriciais, enquadra-se o verbo numa das categorias semânticas (ação, processo, ação-processo, estado), indicando-se as possibilidades sintático-semânticas da estrutura oracional, ou seja, os tipos de relações sintáticas e os traços semânticos dos eventuais complementos. Nesse ponto, estar-se-ia recorrendo a uma **definição valencial**, pela qual se toma o verbo como predicador (P) - é o verbo e não o nome o ponto de partida da organização da frase (TESNIÈRE, 1966; CHAFE, 1979) - e se descreve a natureza sintático-semântica dos seus argumentos (A), segundo o esquema  $\bar{A}(P)$ . Destaque-se, ainda, que, embora não se explicita a função semântica (papel temático) do Sujeito, bem como os seus traços sêmicos, tais características ficam implícitas na estrutura argumental de cada tipo de verbo. Assim, cada classe semântica pressupõe um tipo de Sujeito: **ação** - Sujeito **ativo** (Agentivo); **processo** - Sujeito **afetado** (Paciente, Experimentador); **ação-processo** - Sujeito **ativo-causativo** (Agentivo, Causativo, Instrumental); **estado** - Sujeito **inativo** (Objetivo, Locativo, Experimentador).

3º) Precedendo a exemplificação, define-se o verbo pelo seu valor semântico externo, de acordo com a variedade de acepções em que possa ser empregado, utilizando-se de definições termo a termo e discursivas.

4º) Em se tratando de um dicionário de usos, a definição se completa com a exemplificação.

Em síntese, a definição de verbo deve realizar-se em três níveis: lexico-funcional, sintático e semântico, levando-se em conta a dimensão pragmática. Enfatiza-se a descrição valencial, que considera os valores semânticos, as relações sintáticas e a classe gramatical dos itens lexicais que representam os argumentos, bem como o número desses argumentos.

É preciso ressaltar, no entanto, que, ao se pretender registrar as ocorrências reais de uso da língua, não quer dizer que se possam captar todas as significações possíveis, ou seja, definir o verbo de modo a exaurir as variações semânticas que ele adquire nos vários contextos de fala, por mais exaustivo que seja o “corpus” com que se trabalha. Isso pelo simples fato de que um mesmo significado não se repete, ainda que a estrutura sintática seja a mesma. Assim, num mesmo texto, um verbo não entra duas vezes com a mesma significação. Trata-se da propriedade semântica dos itens lexicais a que Pottier (1978, p.74) chamou de “virtuema”: *É virtual todo elemento que é latente na memória associativa do falante e cuja atualização está ligada aos fatores variáveis das circunstâncias de comunicação.*

Todavia essa plurissemia não impede que o dicionarista estabeleça determinadas matrizes. Seja, por exemplo, o verbo *participar*, que se pode classificar como verbo de estado, nas três frases :

- a) *Nossas escolas não **participam** da vida, nem preparam para ela.*
- b) *Quase todos os oceanos **participam** desse processo.*
- c) *Os músculos **participam** dos movimentos do braço.*

Embora nos três exemplos a unidade verbal se possa definir como verbo de estado, significando *ser parte integrante de*, evidentemente em cada contexto há um tipo particular de estado. No entanto, esse fato não invalida a classificação genérica, uma vez que o dicionarista se vale de determinadas invariáveis para essa classificação. Em outras palavras, considera as **semelhanças** e não as **diferenças**, pois estas são infinitas do ponto de vista pragmático. Nos exemplos dados acima, a invariabilidade da estrutura sintática não condiciona, evidentemente, a invariabilidade semântica, mas alguns fatores comuns às três frases, tais como a ausência de dinamicidade, portanto o caráter **inativo** do Sujeito, e o sentido de *fazer parte de um todo* permitem classificá-las como frases **estativas**.

Considere-se ainda que, na definição lexicográfica, não há como fugir ao “grau elevado de abstração”, discutido por Haiakawa (1977), uma vez que, se o dicionarista tivesse que descer aos detalhamentos das definições extensionais - por exemplo, para definir *bolo* tivesse que descrever todo o processo culinário de sua preparação -, não estaria se valendo de uma das mais importantes propriedades da linguagem que é a simbolização. Daí poder valer-se de esquemas lingüísticos prototípicos que recobrem outra propriedade da linguagem que é a produtividade.

Lembre-se, finalmente, a importância do contexto na definição das diversas acepções de uma mesma raiz verbal, bem como a importância dos traços semânticos dos argumentos nas subcategorizações. Assim, para categorias diversas como **ação** e **processo**, é possível que se tenha uma mesma definição discursiva. Seja, por exemplo, o verbo “passar”, significando *ir além de, ultrapassar*, nos exemplos:

- a) Já **passáramos** Rio Claro e Campinas.  
b) Em quinze minutos de jogo, a bola **não passou** da intermediária.

Nesses casos, o papel semântico do sujeito (Agente, no primeiro caso, e Paciente, no segundo) é que define as categorias de **ação** e de **processo**, respectivamente.

### Considerações finais

Considerando-se que na apresentação final de um dicionário deve haver a preocupação com a sua legibilidade por parte do usuário comum, certos procedimentos de ordem prática e de utilidade didática devem ser conservados, tais como a clássica transitividade verbal. Todavia, não se pode perder a oportunidade de se apresentar uma taxionomia mais moderna e mais próxima da realidade em relação ao uso efetivo da língua. Dessa forma, as estruturas oracionais serão descritas e representadas em matrizes, desde as mais simples às mais complexas, levando-se em conta os níveis semântico, sintático e morfossintático cuja realização se condiciona à dimensão pragmática. Assim, desde os verbos monossêmicos, que selecionam um único item lexical como Argumento [Sujeito ( $A_1$ ) e/ou Objeto ( $A_2$ )], como "arregalar" que seleciona como complemento apenas o item "olhos", e que apresenta uma única possibilidade de ter uma **estrutura derivada** em que haja alçamento do Objeto a Sujeito, passando de estrutura **ativa** (*João arregalou os olhos*) à estrutura **processiva** (*Os olhos de João se arregalaram*), até os verbos altamente plurissêmicos, como "passar" que apresenta mais de cinquenta acepções e várias possibilidades de **derivações**, as descrições e representações se farão levando-se em conta a valência **quantitativa** (número de argumentos selecionados pelo verbo em cada situação); a valência **qualitativa** ou **semântica** (valor semântico dos argumentos - Agente, Paciente, Instrumental, etc.; animicidade, concretude, abstratividade, etc.); valência **sintática** e **morfossintática** - Sujeito; Objeto, etc.; Sintagma Nominal, Sintagma Adjetival, Sintagma Circunstancial, etc. Serão descritas ainda as relações sintáticas de superfície (emprego de preposições) entre o verbo e seu argumento de segundo ou terceiro grau ( $A_2$  e  $A_3$ , respectivamente).

Em síntese, a estrutura do verbete deverá obedecer ao seguinte esquema: (i) item lexical (forma infinitiva do verbo); (ii) classe/subclasse semântica; (iii) indicação valencial (tipos e número de argumentos selecionados na estruturação da frase); (iv) estrutura morfossintática dos complementos; acepção(ões), segundo o critério definatório conveniente; (v) exemplos abonados.

São esses, segundo a nossa proposta, os principais parâmetros para a confecção de um dicionário de valência verbal.

*ABSTRACT: In order to elaborate a dictionary, it is necessary to obey the lexicographic theories and techniques, such as criterion for the entries, the grammatical classification and lexical item definition, definition types and exemplification, etc. In a verbal valence dictionary, some specific parameters must lead the work, like the theory that guides the presentation of matrixes indicating taxonomy and morphosyntactic structure of the sentence. This proposal is based on the argumentation theory, in the valence grammar and in the case grammar. Since it is a dictionary intending to picture the reality of written contemporary language, it is necessary to deal with a corpus that represents both a certain period and the several genders of written production. Therefore, we intend to register all the verbs occurring in written contemporary Brazilian Portuguese in the last fifty years in fiction, oratory, technical and journalistic literature.*

*KEYWORDS: Valence; argument; semantic case; action; process; state.*

### Referências bibliográficas

- BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 8. ed. ver. e ampl. São Paulo: Nacional, 1984.
- CHAFE, W. *Significado e estrutura lingüística*. Tradução de M. H. M. Neves et al. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIK, S. C. *The theory of functional grammar: the structure of the clause*. Dordrecht; Cinnaminson: Foris Publications, 1989a. Pt. 1.
- \_\_\_\_\_. Functional grammar and its relevance to grammar writing. In: GRAUSTEIN, G.; LEITNER, G. (Ed.) *Reference grammar and modern linguistic theory*. Tübingen: Niemeyer, 1989b.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FILLMORE, C. J. The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. (Ed.). *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, Reinhart and Winston, 1968.
- \_\_\_\_\_. Types of lexical information. In: KIEFER, F. (Ed.) *Studies in syntax and semantics*. Dordrecht: D. Reidel, 1969.
- \_\_\_\_\_. The case for case reopened. In: COLE et al. (Ed.) *Syntax and semantics: grammatical relations*. New York: Academic Press, 1977a. v. 8
- \_\_\_\_\_.; LANGENDON, D. T. (Eds.) *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971.

\_\_\_\_\_. Em favor do caso. Tradução de Lúcia M. Lobato. In: LOBATO, L. M. P. (Sel.) *À semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977b. p. 275-361.

GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. Tradução de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

HAYAKAWA, S. I. *A linguagem no pensamento e na ação*. Tradução de Jane Perticarati. São Paulo: Pioneira, 1977.

IGNÁCIO, S. E. Palavras gramaticais num dicionário de usos. In: *Alfa*, São Paulo, v.44, p.17-26, 2000.

POTTIER, B. *Lingüística geral: teoria e descrição*. Tradução de Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença; USU, 1978.

TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. 2. ed. Paris: Klincksieck, 1966.

VILELA, M. *Gramática de valências: teoria e aplicação*. Coimbra: Almedina, 1984.

### **Bibliografia consultada**

ALI, M. S. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1964.

BACH, E. *Teoria sintática*. Tradução de Marilda W. Averborg e Paulo H. Brito. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BECHARA E. *Moderna gramática portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1963.

\_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

\_\_\_\_\_. *Lições de português pela análise sintática*. 4. ed. São Paulo: F. Cultura, 1963.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luísa Néri. São Paulo: Nacional, 1976.

BORBA, F. S. *Teoria sintática*. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1979.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.

\_\_\_\_\_. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1963.

CARONE, F. B. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

COOK, W. A. A set of postulates for case grammar. In: O'BRIEN, R. J. (Ed.) *Languages and linguistics: working papers 4*. Washington: Georgetown University Press, 1972. p.35-49

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

\_\_\_\_\_.; THOMPSON, S. *Dimensions of a Theory of Information Flow*. Santa Barbara: University of California, 1991.

GENOUVRIER, E.; PEYARD, J. *Lingüística e ensino de português*. Tradução de Rodolfo Ilari. Coimbra: Almedina, 1974.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984. v. 1.

- IGNÁCIO, S. E. *Análise sintática em três dimensões*. 2. ed. Franca: Ribeirão Gráfica Editora, 2003.
- KURY, A. G. *Lições de análise sintática*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1985.
- LAKOFF, G. *Irregularity in Syntax*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1973.
- \_\_\_\_\_. Stative adjectives verbs in English. In: *Mathematical linguistics and automatic translation*. Harvard: University Computational Laboratory, 1966. NSK Report, n. 17.
- LEE, D. A. Stative and case grammar. In: *Foundations of Language*, v. 10, p.545-68, 1973.
- LEMLE, M. *Análise sintática: teoria geral e descrição do português*. São Paulo: Ática, 1984.
- LOBATO, L. M. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- LOPES, E. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Tradução de Rosa V. Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979.
- MARTINET, A. *Éléments de linguistique générale*. 4. ed. Paris: Armand Colin, 1964.
- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- MEILLET, A. L'évolution des formes gramaticales. In: \_\_\_\_\_. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1948.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: EDUNESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PERES, J. A. & MÓIA, T. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1995.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Para uma nova gramática do português*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1985.
- QUIRK, R. et al. *A grammar of contemporary English*. London: Longman, 1972.
- ROCA PONS, J. *Introducción a la gramática*. 2. ed. Barcelona: Teide, 1972.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 16. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973.
- VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. Campinas: HUCITEC; FUNCAMP, 1980.

